

Évora, 1964: contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal

Augusto da Silva

Rosalina Costa

1. O desenvolvimento da Sociologia em Portugal: breve apontamento histórico

No momento em que nos aproximamos da comemoração dos cinquenta anos de Sociologia em Évora, retomamos neste texto alguns contributos para a história da institucionalização da Sociologia em Portugal¹. É verdade que desde a década de 60 do século XIX os portugueses se tinham interessado por esta disciplina criada em França por Auguste Comte (1798-1857) com o objetivo de estudar as leis fundamentais próprias dos fenómenos sociais, em ordem à reorganização da sociedade então desestruturada pela Revolução (*Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société*, 1822). Teríamos todavia de esperar até 1964 para ver surgir, precisamente em Évora, uma pequena cidade a sul de Portugal e longe dos centros universitários de então, o primeiro curso autónomo de Sociologia em Portugal.

A receção da Sociologia em Portugal foi contrastada e acidentada mas a sua difusão e influência decisivamente assegurada pelo magistério de Teófilo Braga, professor na Universidade de Coimbra. Manuel Braga da Cruz, em extenso e aprofundado estudo que intitulou *Para a História da Sociologia em Portugal*², realça os méritos da sociologia comtiana na renovação pedagógica do ensino jurídico e no desenvolvimento do pensamento socialista republicano em Portugal. Estabelece quatro fases ou tempos que caracteriza desde a entrada na Universidade portuguesa até à sua autonomização em curso de licenciatura, sensivelmente entre 1860 e os finais da década de 60 e começos da de 70 do século XX. Denomina tais períodos de: *sociologia positivista* (1860-1910); *sociologia experimental* (1910 à segunda guerra mundial); *sociologia colonial* (interesse pelo Terceiro Mundo, formação de quadros da administração ultramarina na Escola Superior Colonial de Lisboa, aparecimento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina); *sociologia do desenvolvimento e do trabalho* (início da década de 60, criação do Instituto de Estudos Sociais em Lisboa, criação do Instituto Superior Económico e Social em Évora, lançamento e afirmação da revista *Análise Social*).

¹ Este artigo foi escrito em junho de 2010, no momento em que o Professor Augusto da Silva (professor catedrático jubilado) deixou a colaboração científica regular que até então mantinha com a Universidade de Évora. Uma versão mais alargada deste texto foi entretanto publicada em língua inglesa na revista *Sociological Origins – A Journal of Research, Documentation and Critique* (vol. 8, n.º 1, p. 39-53) com o título “The Sociology Course in Évora, 1964: Novelty, Establishment and Founding Elements of the First Sociology Degree Course in Portugal” (SILVA e COSTA, 2012). A adaptação para língua portuguesa surge no contexto em que nos aproximamos da comemoração dos cinquenta anos de Sociologia em Évora (1964-2014) e tem por objetivo contribuir não só para uma maior e melhor compreensão das origens e institucionalização da Sociologia em Portugal, mas também para o aprofundamento da história, documentação e estudo da investigação sociológica e sua contextualização na sociedade portuguesa.

² CRUZ, 1983: 4 e ss.

A Sociologia começa por entrar na universidade portuguesa como complementar ou integrativa da formação jurídica. Aquando da reforma do curso jurídico da Universidade de Coimbra em 1901, a sociologia foi contemplada com uma cadeira designada “Sociologia Geral e Filosofia do Direito” e com outra denominada “Sociologia Criminal e Direito Penal” que logo foram suprimidas em 1911 com a extinção da Faculdade de Teologia. Apesar disso, o “olhar sociológico” persistiu na mente dos académicos portugueses que importaram conceitos e métodos, sobretudo de França, e que, na esteira de Le Play, aplicaram ao estudo das condições de desfavor em que viviam os trabalhadores portugueses.

No ensino superior português, concretamente nas três universidades portuguesas (Coimbra, Lisboa e Porto), continuou a não haver lugar para a Sociologia. Esta situação verificou-se até 1955, ano em que o ministro Francisco Leite Pinto lhe facultou a entrada, primeiro no Instituto Superior de Agronomia sob a designação de “História da Agricultura. Sociologia Rural” e, em seguida, no Instituto Superior Técnico e Faculdade de Ciências, com o título de “Sociologia Geral”. Em 1956, entrou na Escola Superior de Medicina Veterinária; em 1957, no curso de Arquitetura; e em 1959, nos cursos da Academia Militar. Já no decurso dos anos 60 (fevereiro de 1962), no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos foram introduzidas cadeiras do domínio das Ciências Sociais (metodologia das ciências sociais, antropologia cultural e sociologia da informação) e o mesmo Instituto, a partir de fevereiro de 1962, passou a chamar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Ainda em outubro desse mesmo ano foi criado o Instituto de Estudos Sociais no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social que iniciou as suas atividades letivas em 1963-1964. Dois anos depois, em Évora e por iniciativa particular (nomeadamente dos Jesuítas e do Conde de Vill’Alva, engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida) é fundado o ISESE (Instituto Superior Económico e Social de Évora), de que fazia parte um curso que pela primeira vez, em Portugal, seria designado de “Sociologia”. Em 1972, o professor Veiga Simão cria a Faculdade de Economia de Coimbra e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e as licenciaturas em Ciências do Trabalho e Ciências Sociais, estando em todas elas representada a Sociologia. O que não se criava ainda por então, a nível oficial, era uma licenciatura em Sociologia propriamente dita, continuando por isso a do Instituto Superior Económico e Social de Évora a ser a única.

No pós-revolução de 1974, ao ser-lhe reconhecida pelo I Governo Provisório a autonomia pedagógica, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa rapidamente converteu a sua licenciatura em Ciências do Trabalho em licenciatura em Sociologia. Em 1978, era criada na Universidade Nova de Lisboa outra licenciatura em Sociologia (decreto-Regulamentar n.º 1/78) e, em 1984, também no Porto, ao mesmo tempo que se multiplicavam os cursos de Antropologia, Comunicação Social, História e Ciências Sociais (estes últimos para o ensino). A oferta de cursos em Ciências Sociais proliferou de tal forma que o então ministério da Educação e Cultura sentiu a necessidade de os disciplinar, o que fez através da Portaria n.º 663/79 de 10 de dezembro, tendo nomeado, para o efeito, um grupo de trabalho. Nela se reconhecia a existência, em Portugal, de quatro licenciaturas em Sociologia (na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Universidade do Minho, no Instituto Universitário de Évora e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), além de outras em ciências afins (Antropologia, Comunicação Social, História e Ciências Sociais, Relações Internacionais) em que a Sociologia assumia uma função integrativa, complementar ou de simples formação geral e, finalmente, assumia uma função de especialização (formar sociólogos). A referida portaria estabelecia para todos esses cursos uma base comum constituída por seis disciplinas ministradas nos dois primeiros anos e um ciclo de formação específica lecionado na sequência do ciclo de base em mais quatro ou cinco semestres. Posteriormente a esta regulamentação foram criadas novas licenciaturas em Ciências Sociais e outras em Sociologia, consolidando-se gradualmente a oferta formativa nesta área do saber em Portugal.

Desde o momento da fundação do curso de Sociologia em Évora até ao presente é possível distinguir quatro fases principais: a primeira de iniciativa privada (1964-1974); uma segunda fase a que chamaremos revolucionária, de desestruturação e estruturação (1975-1978); uma terceira fase de consolidação e aperfeiçoamento (1979-1994); e, finalmente, desde 1995 uma fase de reestruturação e integração na perspetiva de Bolonha.

Especificamente, este artigo centra-se sobre a primeira fase enunciada e tem como principal objetivo apresentar o curso de Sociologia em Évora (1964), à data pioneiro em Portugal³. A novidade deste projeto, as circunstâncias da sua concretização, bem como os elementos fundadores (estrutura do curso, gabinete de investigação, biblioteca e revista científica) são os aspetos centrais que estruturam a nossa narrativa. Ao dar voz a um dos atores diretamente implicados no processo, é nossa intenção contribuir para uma perspetiva mais compreensiva das atividades e desenvolvimentos associados à consolidação da Sociologia em Portugal. Por último, este texto pretende também contribuir não apenas para um maior conhecimento das origens da Sociologia em Portugal, mas também para a história, documentação e desenvolvimento da pesquisa sociológica como um todo.

2. Fundação: o curso de Sociologia em Évora

É precisamente nos anos 60 que é criado em Évora e entra em funcionamento, em outubro de 1964, o Instituto de Estudos Superiores (que mais tarde se passou a chamar Instituto Superior Económico e Social), de iniciativa particular e em que pela primeira vez se ministrava em Portugal um curso de Sociologia⁴. O seu início corresponde a uma fase em que esta disciplina se tinha desprendido de um carácter dedutivo e doutrinário inicial e progressivamente ia assumindo características científicas e técnicas.

Os jesuítas sempre tinham sonhado com a reabertura da sua antiga Universidade em Évora (1559-1759); mas, realisticamente, sabiam que, nem da parte do Estado, nem mesmo da Igreja, havia disposições que tal permitissem. Daí o terem concluído que, nos tempos históricos que se viviam, um Instituto de Estudos Superiores no domínio do Social, sem ferir suscetibilidades nem suscitar obstáculos intransponíveis, embora em forma diversa, responderia ao espírito do projeto que em 1559, fizera surgir a Universidade de Évora. Foi nisso que se empenharam nos princípios dos anos 60. Criaram um Instituto com dois cursos: um de Economia (Direção e Administração de Empresas) e outro de Sociologia (Ciências Sociais), dando início ao que poderíamos designar de 1.ª fase da Sociologia em Évora.

Vivia-se, nos anos 60, um clima de euforia económica relativa em Portugal. Era grande a confiança nas virtualidades do planeamento socioeconómico e acreditava-se que a partir da reforma da empresa se poderiam estabelecer relações mais humanizadas entre as pessoas e os grupos e conseguir, para todos, níveis de vida e de participação cívica condizentes com a dignidade da pessoa humana. Apostava-se, por isso, abertamente, na empresa e no planeamento socioeconómico. Foi num contexto assim que por iniciativa de um grupo de jesuítas formados no estrangeiro⁵, e com financiamento assegurado por uma Fundação da responsabilidade do conde de Vill'Alva, Eng.º Vasco Maria Eugénio de Almeida⁶, foi fundado em Évora o curso de Sociologia.

3 O conhecimento e aprofundamento das restantes fases é certamente da maior importância. Porém, essa é uma tarefa impossível de concretizar – e lamentavelmente, devemos confessá-lo –, no espaço e tempo dedicado à elaboração deste texto.

4 No artigo “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada” (2006), Fernando Luís Machado refere-se a uma “polémica histórica”, segundo a qual num texto de 1996 “Augusto da Silva reivindica para o Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE), ali fundado por jesuítas em 1964, a criação, nesse mesmo ano, da primeira licenciatura do país, contestando directamente o pioneirismo geralmente atribuído ao ISCTE” (MACHADO, 2006: 288). Julgamos que tal “polémica” pode ser esbatida com a clarificação de que o curso de Sociologia oferecido, pela primeira vez, em outubro de 1964, em Évora, no Instituto de Estudos Superiores (mais tarde renomeado de Instituto Superior Económico e Social) foi de iniciativa privada, mantendo assim o ISCTE o “pioneirismo”, no que diz respeito à licenciatura em Sociologia oferecida por uma universidade pública. Para esse trabalho de clarificação, certamente contribuirá a leitura atenta deste texto, bem como das referências complementares para que remete.

5 Grupo de jesuítas que iniciaram a atividade letiva e que tinham tido formação no estrangeiro (Espanha, Itália, Bélgica, EUA, França, etc.) e outros que se estavam a formar em ordem à instalação progressiva do curso de Sociologia. O primeiro diretor do Instituto Superior Económico e Social foi Lúcio Craveiro da Silva a quem o Estado concedeu o diploma necessário para esse efeito. Este fez-se acompanhar de uma pequena equipa de jesuítas e leigos enquanto outros se estavam a especializar em Portugal e no estrangeiro.

6 O conde de Vill'Alva era possuidor de uma ampla fortuna em bens fundiários e urbanos e, como não tinha descendência direta, decidiu instituir uma fundação – a Fundação Eugénio de Almeida – em benefício das populações da região de Évora, visando “a elevação do espírito de caridade cristã,

3. Elementos estruturantes

A novidade deste curso pode ser compreendida numa dupla perspetiva. Por um lado, falamos de novidade na medida em que Évora foi o palco do primeiro curso de Sociologia em Portugal, ainda que de iniciativa privada, como vimos. Por outro lado, a novidade pode também ser vista enquanto resultado da conjugação de quatro elementos estruturantes que contribuem para dar sentido a esta adjetivação, nomeadamente, a estrutura do curso, o gabinete de investigação, uma biblioteca especializada e ainda uma revista científica fundada na altura. Nas próximas páginas apresentaremos de modo breve cada um destes elementos.

a) Estrutura do curso

Na estruturação deste curso não se pôde contar com pontos de referência nacionais pois, como dissemos, estes não existiam. Recorreu-se, por isso, a exemplos da Bélgica, Itália, França e também dos Estados Unidos da América.

De grande importância foi o Relatório de Bie (Pierre) sobre o ensino da sociologia e das ciências sociais, elaborado por incumbência da UNESCO (1954) com o título: *Les Sciences Sociales dans l'enseignement supérieur: Sociologie, Psychologie sociale et Anthropologie culturelle*. Dele se retiraram as recomendações relativas ao ensino da sociologia como etapa preliminar de “uma formação especializada”.

Apesar disso, não foi possível evitar alguns dos inconvenientes mencionados no referido Relatório, nomeadamente, o de um certo sufocamento da Sociologia por outras disciplinas afins: Direito, História e mesmo Economia. Esse facto, que se torna por demais evidente, a quem examina hoje o *curriculum*⁷, ficou, em parte, a dever-se a uma consciente busca de interdisciplinaridade e, por outro lado, também à incerteza da reação do futuro mercado de trabalho. É que, em Portugal, a sociologia era inteiramente desconhecida na sua vertente profissionalizante. Não se poderia por isso esperar, por parte dos portugueses, uma atitude muito diferente daquela que, já nos meados dos anos sessenta, Henri Mendras põe na boca dos franceses:

Parmi les chercheurs, le sociologue a un rôle particulièrement mal défini. S'il dit: 'je suis sociologue', dans les trois-quarts des cas on lui répondra: 'qu'est-ce que c'est?', ou encore 'je savais que cela existait, mais je ne savais pas que c'était une profession!'. C'est-à-dire, en termes d'analyse des rôles: 'je savais qu'on pouvait s'occuper de sociologie, mais je ne savais pas que c'était un rôle social défini', car dans notre société un rôle professionnel est avant tout un rôle qui permet d'avoir un salaire: or la plupart des gens n'imaginent pas comment on peut gagner sa vie en étant sociologue⁸.

Outra condicionante da estruturação do novo curso foi o grande prestígio de que ao tempo gozavam os métodos quantitativos a que se juntava o empenho da Sociologia em se distinguir da Filosofia e das Doutrinas Sociais (e, em particular, nalguns casos da Doutrina Social Católica). Daí a importância dada a disciplinas “instrumentais”: Métodos, Estatística, Demografia.

Quanto à influência da condicionante “potencial mercado de trabalho”, é ela bem visível na introdução de múltiplas disciplinas da área do Direito: “Direito Civil”, “Direito Constitucional Comparado”, “Direito Comercial”, “Direito Corporativo”, “Previdência Social”, “Legislação Internacional do Trabalho”, “Organismos e Relações Internacionais”, “Legislação do Trabalho” e outras disciplinas ligadas com o mundo do trabalho, em especial com

do nível religioso, cultural e técnico da região de Évora, de harmonia com os princípios tradicionais do país” (Estatutos da FEA, artigo 3.). Em começo da execução dos fins estatutários da Fundação era explicitado, entre outros, no artigo 4.º c) o de “auxiliar a criação e manutenção de um instituto de estudos superiores, orientado pela Companhia de Jesus, de acordo com as tradições universitárias da cidade de Évora”.

7 Cf. Quadro n.º 1.

8 MENDRAS, 1967: 90.

Quadro n.º 1 – Plano curricular do curso de Sociologia (Évora, 1964)

Ano	Matérias
1.º Ano	Economia I Elementos de Direito Civil Direito Natural Geografia Económica Sociologia I (Sociologia Geral) Contabilidade I [Curso Prático de Francês, Curso Prático de Inglês]
2.º Ano	Economia II (Financeira) Estatística Elementos de Direito Comercial Direcção de Empresas (Sociologia Industrial) Psicologia Social Previdência Social Contabilidade II [Curso Prático de Inglês]
3.º Ano	Sociologia II (Estratificação Social, Família, ...) Análise e Teorias Demográficas História da Sociologia Doutrinas Sociais Doutrina Social Cristã História das Teorias Políticas e Sociais Legislação Internacional do Trabalho Direito Constitucional Comparado Direito Corporativo Técnicas de Investigação Social Curso de Balanços
4.º Ano	Sociologia III (Sociologia do Desenvolvimento) Antropologia Cultural Psicologia Industrial e Psicotecnia Legislação do Trabalho Teoria e Prática do Serviço Social Relações e Organismos Internacionais História dos Factos e Doutrinas Económicas Seminário de Dinâmica de Grupos Seminário de Participação no Desenvolvimento
5.º Ano	Organização do Trabalho Administrativo Estágio Dissertação Exercício Prático (Exame Escrito) Exame Final de Síntese (sobre os principais assuntos estudados)

Fonte: IESE, 1969: 10-11.

a Empresa (“Direção de Empresas I”, “Psicologia Social”, “Psicologia Social e Psicotecnia”, “Dinâmica de Grupos”, “Serviço Social”) em que se pretendia que os futuros sociólogos viessem a encontrar um posto de trabalho.

Todas estas disciplinas lecionadas numa perspetiva comparativa visavam suscitar nos estudantes espírito crítico que os levasse a questionar os “quadros institucionais” da sociedade portuguesa (que não era propriamente uma democracia) e a induzir neles a mobilidade mental necessária para aceitar as mudanças que se impunham para que Portugal se aproximasse das sociedades europeias desenvolvidas.

Na apresentação do curso dizia-se que, embora

tenha por fim preparar dirigentes competentes sobretudo para a Direção de Pessoal e Obras Sociais da Empresa ou de outros Centros em que o progresso social deva surgir com o progresso económico, proporciona junto com sólida formação económica um conhecimento científico da Sociologia e dos seus métodos de investigação⁹.

Tal pragmatismo iria dar os seus frutos, por exemplo, no reconhecimento pelo ministro das Corporações e Previdência Social, das habilitações dadas pelo curso como adequadas para provimento de lugares de diretor de serviço, chefe de divisão e chefe de secção dos quadros de pessoal administrativo das instituições de previdência; e pelo ministro da Educação Nacional como habilitação para exercer o magistério do 6.º e 7.º grupos do Ensino Técnico-Profissional¹⁰.

Havia um empenhamento consciente em demonstrar que as pessoas formadas no novo curso, os sociólogos, não eram apenas seres bem pensantes mas ficavam habilitados para desempenharem funções concretas, quer nas empresas, quer nos sectores da administração pública ligadas ao mundo do trabalho, quer na docência, e com uma preparação técnica e metodológica que os capacitava para participarem em equipas de investigação e nelas darem um contributo específico.

Da perspetiva didático-pedagógica, havia também neste curso algumas inovações, nomeadamente quanto ao calendário de exames finais, que eram precedidos de um mês sem aulas (o mês de junho), para que os estudantes pudessem ampliar e aprofundar (se o quisessem fazer), os conteúdos das diferentes disciplinas que lhes tinham sido lecionadas até finais do mês de maio. Os exames propriamente ditos repartiam-se por todo o mês de julho, deixando tempo bastante, entre eles, para a revisão próxima da matéria que iria ser avaliada no exame seguinte. O calendário era determinado em função dos exames e não das férias dos professores ou estudantes.

De particularidades muito especiais se revestia o último ano do *curriculum*. Desde o seu início, o aluno podia ir fazendo, sob a orientação de um professor, a *dissertação* ou Trabalho de Fim de Curso – *tese* – como enfaticamente lhe chamavam. As aulas para os finalistas terminavam em finais de março, sendo o tempo que decorria até julho dedicado à preparação do *Exame Final*, que iria incidir sobre os principais assuntos estudados durante o curso. O que se pretendia com este exame era fazer a síntese dos conhecimentos e aprofundar a sua compreensão de maneira sistemática. Além de uma *parte escrita* sobre assuntos mais técnicos (normalmente do campo da Estatística e dos Métodos e Técnicas de Investigação Social), havia uma *parte oral* que durava hora e meia, cabendo a cada um dos três professores designados para o júri, dialogar com o examinando, durante meia hora, sobre temas e problemas que se enquadravam nas matérias dos programas distribuídos com três meses de antecedência, durante os quais não havia aulas. A primeira época deste *Exame Final* decorria durante o mês de julho, ou em ocasião posterior, em que o estudante finalista (em requerimento à direção) se declarasse convenientemente preparado. Para realçar a importância que era dada a este exame, bastará dizer que o seu peso era de 50% na classificação final.

⁹ IESE, 1969: 3.

¹⁰ *Diário do Governo*, III Série, 22 jun. 1967, n.º 144, p. 2185; Despacho do Ministro da Educação Nacional, 16.5.69.

Tudo o que acabámos de relatar nos parece hoje muito restrito ou quiçá pouco consistente mas, situado nos anos sessenta, em Portugal e em Évora (Alentejo) representava um grande progresso.

Formada a primeira coorte de estudantes, deu-se o embate com o mercado de trabalho. A reação inicial foi de hesitação: “dizer que não” ao candidato a emprego seria uma atitude antipática tanto em relação ao candidato como em relação à entidade formadora; “dizer que sim” era correr um risco de proporções indefinidas. A novidade seduzia, e a resposta foi geralmente boa. As primeiras promoções de sociólogos por Évora, encontraram trabalho nos Organismos de Previdência, no Fundo de Emprego e Mão-de-Obra, no Ministério do Trabalho, no Instituto Nacional de Estatística, nas Regiões-Plano e, alguns poucos, no ensino.

Nos anos posteriores, o afluxo de candidatos ao curso superava as admissões possíveis, o que levou a direção em diálogo com o conde Vill’Alva, instituidor da Fundação Eugénio de Almeida, a pensar na ampliação das instalações. Sobretudo a partir dos anos 1972/1973 e 1973/1974, tornou-se inadiável a tomada de uma decisão. A este aceleramento do ritmo da procura dos cursos do Instituto Superior Económico e Social de Évora, não terá sido alheia a notícia da próxima criação, por parte do Estado, de estudos universitários em Évora e da associação do Instituto Superior Económico e Social (embora mantendo-se particular), a esses estudos universitários.

Atenta às reações das entidades empregadoras e às dificuldades encontradas pelos novos sociólogos no exercício das suas atividades, foi a direção do Instituto Superior Económico e Social introduzindo algumas alterações no esquema inicial de formação.

O facto de se tratar de um estabelecimento de ensino particular possibilitou à direção dar sem delongas a resposta que lhe pareceu mais adequada. A título de exemplo, podemos lembrar a passagem da duração do curso, de quatro para cinco anos; a maior importância dada aos métodos e técnicas, ao planeamento social e ao planeamento socioeconómico, à organização política das sociedades e aos seus enquadramentos institucionais, endógenos e exógenos, ao sindicalismo e à sociologia política (que não estavam abertamente contemplados no *curriculum* inicial). Para tudo isso, recorria também à colaboração de alguns professores estrangeiros (espanhóis e brasileiros) enquanto outros nacionais se iam especializando fora do país (Roma e EUA).

No início do ano escolar de 1973-1974, o grupo dos professores atingia os 36, 20% dos quais eram doutorados e 40% plurilicenciados. A pluridisciplinaridade que se desejava e se promovia era possibilitada pelo largo leque de disciplinas em que os docentes se tinham formado. Por outro lado, o aspeto de aplicação e formação para a aplicação estava largamente contemplado pelos docentes com experiência e prática atual na administração pública e privada e nos variados aspetos de gestão e intervenção socioeconómica. Estes eram quase todos de dedicação não exclusiva.

Quanto aos alunos, eram, nos dois cursos (Direção e Administração de Empresas e Sociologia), 330, dos quais 139 estavam inscritos em Sociologia (Ciências Sociais), não se notando a feminização do curso, pois eram 67 os rapazes e 72 as raparigas que o frequentavam. Pelo contrário, no curso de Economia (Direção e Administração de Empresas), já a tendência à masculinização era visível: 139 rapazes a comparar com 52 raparigas.

De modo complementar ao ensino, a investigação também não era esquecida. Era, no entanto, considerada numa perspetiva interventiva. A testemunhá-lo ficou, desde o início, a fundação de um Gabinete de Estudos com secções de Economia e Sociologia e corresponsável pela organização anual de jornadas de estudo e ciclos de conferências; a constituição de uma biblioteca especializada; e a publicação de uma revista científica (*Economia e Sociologia*). É sobre estes aspetos que nos detemos nas secções seguintes.

b) Gabinete de Investigação

Em 1966, terceiro ano do começo do curso de sociologia, iniciou-se o processo de instalação de um gabinete de investigação, designado Gabinete de Investigação e Acção Social, com espaço próprio, máquinas

de calcular, bibliografia estatística nacional e internacional, livros seletos relacionados com métodos e técnicas de investigação social.

Nesse gabinete processavam-se algumas aulas práticas de técnicas de investigação social e de demografia. Os estudantes empenhavam-se com entusiasmo na feitura dos questionários e em todas as fases de inquéritos, desde a escolha do tema, até ao relatório final. Os trabalhos práticos de demografia, num tempo em que os “Planos de Fomento” se afirmavam como instrumento de política socioeconómica, de promoção e correção das assimetrias regionais, pessoais e funcionais entusiasmavam os candidatos a sociólogos. Era também nesse gabinete que os estudantes encontravam o apoio para a elaboração dos trabalhos de fim de curso, e os docentes o apoio necessário à organização anual de jornadas de estudo e ciclos de conferências.

c) Biblioteca

Outro problema que a comissão instaladora do curso teve que enfrentar foi o da constituição de uma biblioteca. Iniciou esse processo valendo-se do recurso a bibliografias já existentes e fixando prioridades para a sua aquisição. O critério seguido foi o da utilidade e o da multifuncionalidade. Assim, as enciclopédias, as coleções, os dicionários, os anuários estatísticos, etc. tiveram prioridade por serem referência ao apoio para várias disciplinas a que acresciam livros dos conteúdos substantivos, conceptuais e metodológicos de cada uma das disciplinas em diversas línguas. O orçamento (sempre escasso) contemplava com maior largueza as disciplinas cujo ensino havia começado em cada ano letivo. As revistas científicas como *Revue Française de Sociologie*, *L'Homme*, *Population*, *Social Compass*, etc. não faltaram desde o início nessa biblioteca em construção.

O enriquecimento progressivo do gabinete de investigação e da biblioteca visava criar, nos estudantes, uma atitude crítica pró-ativa frente às diversas formas de organização social e de inter-relação entre os seus elementos constitutivos. As permutas com a revista *Economia e Sociologia* e a bibliografia enviada para recensão crítica eram outra fonte de enriquecimento da biblioteca.

Os professores ou as disciplinas exigiam a leitura integral (obrigatória e/ou complementar) de algumas obras fundamentais, bem como leituras dos principais autores contemporâneos em diversas línguas. Como estímulo estava o aviso sábio de Henri Mendras:

L'étudiant qui veut s'initier à la sociologie doit entreprendre de nombreuses lectures s'il veut acquérir une idée claire de la démarche intellectuelle du sociologue¹¹.

d) Revista Científica

No ano imediatamente após a fundação do curso de Sociologia e associada ao Gabinete de Investigação e Ação Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, é fundada a revista *Estudos Eborenses* (1965), mais tarde (1968) renomeada como *Economia e Sociologia* (ISSN 0870-6026).

A revista *Economia e Sociologia* aparecia assim intimamente ligada ao curso recém-constituído, ao mesmo tempo que marcava o início da publicação periódica no domínio das ciências sociais em Portugal. A juntar à *Análise Social* (publicada, pela primeira vez, em 1963) associada ao GIS (Gabinete de Investigações Sociais), a *Economia e Sociologia* e, mais tarde, a *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1978), editada pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra e dirigida por Boaventura de Sousa Santos, desempenharam um papel importantíssimo para o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal nos anos 70 e seguintes, papel esse aliás relevado por Braga da Cruz (1986), ao afirmar que:

11 MENDRAS, 1968: 3.

uma e outra revista alargaram substancialmente e descentralizaram, já nessa década, a investigação no domínio das ciências sociais, numa procura clara de interdisciplinaridade e fomentando um fecundo intercâmbio institucional académico¹².

4. Pós 1974: revolução, reestruturação e incorporação na universidade

Este período de instalação do ensino da Sociologia em Évora e de especialização do seu corpo docente foi interrompido pela Revolução de 1974, o que levou os jesuítas a suspender *sine die*, as atividades letivas. Após peripécias várias, o governo criou em 1975 (decreto-Lei, 513/75) a Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos “Bento Jesus Caraça” para que os estudantes do ISESE, que assim o pretendessem, pudessem terminar os seus cursos num estabelecimento de ensino oficial.

Os ensinamentos de Sociologia e Economia que antes se realizavam no Instituto Superior Económico e Social (1964-1974) e na Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos (1975-1978) foram integrados, mais tarde, no Instituto Universitário de Évora, posteriormente Universidade. No ano letivo de 1976/1977, entrou em funcionamento, no Instituto Universitário de Évora, um bacharelato em Ciências Sociais, com opções em Economia e Sociologia que, de algum modo, recolhia os frutos dos pioneiros e da experiência que ao tempo (1964), tinham constituído em Évora as Licenciaturas do Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE). Em paralelo é formalmente criado, em 1976, o Departamento de Sociologia na Universidade de Évora (até 1979, Instituto Universitário), constituído, à data por nove elementos (sete docentes e dois técnicos). A atual licenciatura em Sociologia na Universidade tem, portanto, a data de 1979. Não foi, no entanto, com ela que se iniciaram os estudos de Sociologia em Évora. Eles começaram, como foi dito antes, em 1964.

Herdeira das anteriores experiências e atenta às profundas transformações por que, entretanto, passou o ensino da sociologia e a sociedade portuguesa, a licenciatura de Évora tem procurado reequilibrar o seu *curriculum*. Como constante, permanece a preocupação inicial de oferecer ampla formação teórica e metodológica e de iniciar os seus estudantes na prática do trabalho científico individual e de grupo.

Em 1987, o plano de estudos começou a reger-se pelo sistema de créditos que entrou em vigor no ano letivo de 1987/1988. A progressiva qualificação académica dos docentes induziu a criação do mestrado em Sociologia em 1994/1995. Em obediência a uma orientação geral definida pela Universidade, segundo a qual a duração normal dos cursos da via científica não deveria exceder os oito semestres, procedeu-se em 1993/1994 a uma nova reestruturação curricular, que haveria de ser seguida por outras, no horizonte de Bolonha. Manteve-se, todavia, a opção assumida desde o início: opção generalista, pluridisciplinar e interdisciplinar com posteriores formações especializadas, em domínios mais específicos.

Considerações finais

O curso de Sociologia de Évora, tal qual se encontrava estruturado em 1964, constituía apenas, na mente dos seus promotores, uma fase de um processo iniciado no encontro fecundo de duas vontades: a dos jesuítas, personificada em Lúcio Craveiro da Silva, e a do “mecenas financiador” eng.º Vasco Maria Eugénio de Almeida, conde de Vill’Alva. Não foi, todavia, apenas “o sonho de uma sombra” que o sol da revolução de 74 tivesse dissipado, mas sim uma janela aberta pela qual a revolução entrou com estrondo mas de que, moderados os ímpetos iniciais, aproveitou os elementos (estruturas e atores) que na sua “consciência possível” julgou serem funcionais para uma nova estruturação.

Do primeiro curso de Sociologia restava, em junho de 2010, o Gabinete de Investigação e Ação Social em apoio da publicação da revista *Economia e Sociologia*¹³ e a Biblioteca de Ciências Sociais aberta ao público¹⁴. Os ensinamentos e a investigação foram paulatinamente assumidos pela Universidade de Évora através do Departamento de Sociologia¹⁵, onde foram potenciados e diversificados no espírito de Bolonha.

Atualmente, com o Acordo de Bolonha, o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora enfrenta novos desafios que nos levam a repensar – com os olhos no futuro – o nosso departamento e história organizacional. Sabendo que aquilo que somos, bem como o que podemos vir a ser, é sempre e de alguma forma o resultado do que já fomos, ficaremos satisfeitos se desta pequena história algum contributo possa ser retirado para essa maior e, certamente, complexa tarefa.

13 Para mais informações sobre a revista *Economia e Sociologia*, ver página *web* disponível em URL: <https://sites.google.com/site/revistaeconomiaesociologia/>

14 O espólio da Biblioteca está desde maio de 2013 disponível para consulta pública no Arquivo e Biblioteca Eugénio de Almeida, em Évora.

15 Ver página *web* do Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, disponível em URL: <http://www.dsoc.uevora.pt/>

Fontes e Bibliografia

- ÁGOAS, Frederico, 2013 – “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n.º 206, XLVIII (1.º), p. 221-256.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, 1996 – “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos sociais”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 105-112.
- ALMEIDA, Ana Nunes de, *et al*, 1999 – *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*. Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia.
- ALMEIDA, José Carlos Ferreira de, 1968 – “Situação e problemas do ensino de ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. VI (22-23-24), p. 697-729.
- ALMEIDA, João Ferreira de, 1991 – “Ciências sociais” in GAGO, J. M. (coord.) – *Ciência em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 73-81.
- CASANOVA, José Luís, 1996 – “Campo sociológico e publicação – a Revista *Sociologia – Problemas e Práticas* (1986-1996)”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p.131-168.
- COSTA, António Firmino da, 1996 – “Sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 171-78.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1983 – “Para a História da Sociologia Académica em Portugal”. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. LVIII, p. 173-219.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1986 – “Novas revistas de ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XXII (91), p. 429-431.
- FERNANDES, António Teixeira, 1996 – “O conhecimento científico-social em Portugal: elementos para a análise do seu processo em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 9-41.
- FERREIRA, Nuno Estevão, 2006 – *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- IESE, 1969 – *Programas de 1968-69*. Évora: IESE – Instituto de Estudos Superiores de Évora.
- LEAL, António Silva, 1963 – “A Sociologia em Portugal”. *Estudos Sociais e Corporativos*. Ano II, n.º 6, p. 131-136.
- LOBO, Cristina, 1996 – “Os congressos de sociologia em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 113-130.
- MACHADO, Fernando Luís, 1996 – “Profissionalização dos Sociólogos em Portugal – contextos, recomposições e implicações”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES/Celta Editora, n.º 20, p. 43-103.
- MACHADO, Fernando Luís, 2006 – “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”. *Sociologia*. Porto: FLUP, XIX, p. 283-343.
- MENDRAS, Henri, 1967 – *Éléments de Sociologie. Une initiation à l'analyse sociologique*. Paris : Armand Colin.
- MENDRAS, Henri, 1968 – *Éléments de Sociologie. Textes*. Paris : Armand Colin.
- NUNES, Adérito Sedas, 1963 – “Problemas da sociologia em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. I (n.º 3), p. 459-464.
- NUNES, Adérito Sedas, 1988 – “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XXIV (n.º 1), p. 11-55.
- PINTO, José Madureira, 1994 – *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Madureira, 2004 – “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: CIES-ISCTE/Celta, n.º 46, p. 11-31.
- SÁ, Victor de, 1978 – *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa/Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Estado da Cultura.
- SILVA, António da, 1977 – *Livro Branco do ISESE*, vol. I. Évora: s.e.
- SILVA, Augusto da, 1986 – “O Ensino da Sociologia e a Profissionalização dos Sociólogos”. *Revista Arquipélago*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. VII, 1, p. 13-32.
- SILVA, Augusto da, 1996 – “A Sociologia em Évora”. *Revista Economia e Sociologia*. Évora: ISESE, n.º 62, p. 111-120.
- SILVA, Augusto da, 2010 – “Breve Historial do Departamento de Sociologia”. *Página do Departamento de Sociologia*. Disponível em: <<http://www.dsoc.uevora.pt/departamento/historia>> [consult. 13 de abr. 2010].